

A. I. Nº - 300200.0234/05-5
AUTUADO - SUPERMERCADO NOVA CANDEIAS LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ CARLOS ALMEIDA DE ABREU
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 15/09/05

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0011-05 /05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. VENDA À CONSUMIDOR FINAL. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA POR MEIO DE DENÚNCIA. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a realização de saídas de mercadorias sem a emissão de documentos fiscais, justifica-se a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 28.02.05, para aplicar a multa no valor de R\$690, 00, decorrente da falta de emissão de documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias para consumidor final apurada através de Auditoria de Caixa.

A ação fiscal foi decorrente de denúncia feita a esta Secretaria, a qual recebeu o nº 7.504/2005 (fls 10), informando que o contribuinte “*não fornece notas nem cupons fiscais*”. Na apuração da denúncia utilizou-se o procedimento de Auditoria de Caixa (Termo à fls. 9), tendo sido encontrado R\$ 215,34 (duzentos e quinze Reais e trinta e quatro centavos) como diferença entre o valor constante do Caixa e os valores emitidos em documentos fiscais (fls. 5 e 6). Na ocasião, o preposto fiscal emitiu a nota fiscal nº 5463, afirmando assim a fiscalização realizada.

O contribuinte em sua defesa (fls 22 a 24) alega que o preposto fiscal não considerou em seus cálculos o saldo inicial de abertura de caixa, que correspondia neste dia a R\$ 215,00 (duzentos e quinze Reais). Apresenta declaração manuscrita assinada pela empregada responsável pelo Caixa e pelo sócio da empresa confirmando a entrega e o recebimento deste numerário. Aduz que ao se deduzir este valor, a irregularidade apontada se reduz a módicos R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos).

Esclarece que essa pequena diferença encontrada não se configura o cometimento de uma infração tributária, mas sim a ocorrência conhecida como “quebra de caixa”. Finaliza requerendo a improcedência da autuação.

O autuante em sua informação fiscal, prestada às fls. 33 e 34, diz que solicitou ao autuado a apresentação do saldo inicial de abertura de caixa, tendo sido informado que não havia tal. Por esta razão, teria riscado o campo correspondente no Termo de Auditoria de Caixa, não considerando qualquer valor a este título.

Pondera que esta solicitação é um procedimento de rotina do fisco e observa que o próprio contribuinte pode registrar no Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) o saldo inicial, mas assim não o fez.

Por fim, diante dos argumentos apresentados requer a procedência da autuação.

VOTO

Constam dos autos todos os elementos necessários ao meu convencimento. Como não foi suscitado preliminar, passo a análise do mérito.

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir multa de R\$690,00, por falta de emissão de nota fiscal de venda à consumidor, constatada através do roteiro de Auditoria de Caixa, conforme se vê à fl. 09 dos autos.

Entendo que a apresentação de uma “declaração” em momento posterior à realização da auditoria de caixa não tem o condão de elidir o cometimento da infração imputada. Sendo assim, conforme disposto no art. 143 do RPAF/99, a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal, e dessa forma, não acato tal alegação.

Assim, a infração à norma estabelecida no art. 201, está caracterizada, pois através de levantamento fiscal realizado pelo auditor, utilizando o procedimento de auditoria de caixa, ficou comprovada a existência de valores em caixa sem a documentação comprobatória de sua origem e sem os correspondentes documentos fiscais emitidos para as operações.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 300200.0234/05-5, lavrado contra **SUPERMERCADO NOVA CANDEIAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de agosto de 2005.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR